

ALUCINAÇÃO E FARSA

Nivaldo Cordeiro
http://www.nivaldocordeiro.net/

Praticamente todo o professorado hoje se tornou massa de manobra política de sindicalistas e militantes revolucionários, transformando-se no vetor de transmissão da doença revolucionária. O compromisso dos professores deixou de ser a educação para ser o adestramento para uma insólita “transformação” social. São formadores de militantes.

O caro leitor que me tem acompanhado sabe que, nos últimos artigos, tenho argumentado sobre o estado de alucinação em que se encontra a política – e por decorrência a Administração Pública – no Brasil. Vimos que autores como Ortega y Gasset e Voegelin têm a resposta teórica aos problemas existenciais que estamos a viver. De fato, a situação brasileira atual não é original, ela se repete como outras inúmeras dos últimos dois séculos. Onde alguma forma de socialismo foi implantada a alucinação tomou o lugar da realidade, como na ex-URSS e na Alemanha de Hitler, para ficarmos apenas nesses casos mais emblemáticos.

Essencialmente podemos dizer que no Brasil também temos que registrar a rebelião das massas, vista e estudada por Ortega, e também a situação de alienação política, relatada por Voegelin. Uma situação sonambúlica tomou conta do nosso país, de sorte que toda a classe dirigente move-se dentro de um “como se assim fosse”, uma irrealdade substituta do real. Um exemplo bastante acabado dessa situação está nas análises e nas propostas para o enfrentamento da questão educacional.

É correto dizer que existe um elemento de ligação entre a má remuneração do professorado das escolas públicas e a qualidade de ensino? Sim, mas esta questão esconde outras, muito mais graves e de solução muito mais difícil. Quando um líder político propõe, de pronto, uma eleva-

ção geral dos salários dos professores sem aprofundar o diagnóstico está na verdade produzindo uma falsa solução, que deveria vir por último, e não por primeiro, como medida saneadora da situação do ensino público.

A primeira causa da má qualidade do ensino está na má qualidade dos professores, algo acaciano. Os alunos não podem ser responsabilizados pela falta, seja de vocação, seja de treinamento e mesmo de qualificação de seus mestres. Mais das vezes vemos faltar até mestres das cadeiras relativas às ciências exatas, de sorte que a imprensa tem noticiado a esdrúxula situação de alunos diplomados no ensino médio sem ter tido a devida carga horária de matemática, biologia, física e química.

A indigência intelectual de parte considerável do professorado não pode ser negligenciada, pois o fato contribui para a perpetuação da situação. Aliado ao regime de servidor público dos professores tem-se a construção de uma estabilidade no emprego incompatível com os interesses dos alunos. Tenha vocação ou não, tenha competência ou não, o professor da rede pública continua no seu posto até a morte natural ou a aposentadoria. Ora, sem uma porta de saída para os incompetentes a elevação dos salários apenas irá contribuir para a perpetuação da situação indesejada. Então a discussão precisa começar sobre aquilo que compete ao Estado fazer: se produzir os meios para que alunos carentes possam ter boas escolas ou se administrar

uma gigantesca corporação de ofício, cheia de vícios, e um vasto patrimônio que são as edificações mobiliadas que servem de escolas. Deve o Estado privilegiar o que é meio ou o que é fim?

Pareceria muito mais racional privatizar esse vasto patrimônio e, na esteira, mudar o regime de assalariamento da massa de professores, eliminando a indesejável estabilidade no emprego que retém funcionários públicos tornados professores. Aqui teríamos, de uma tacada só, a maximização da eficiência econômica e a eliminação dos falsos mestres, os pobremente vocacionados ou mal treinados para a função, e sua substituição por gente talentosa. Em troca, o Estado proveria para as futuras escolas privatizadas vouchers para os alunos carentes, em princípio toda população que hoje constitui a clientela do ensino público. Bem sabemos que aqueles que podem atualmente não matriculam seus filhos nas escolas públicas de ensino médio e fundamental.

Outra medida preliminar da maior importância é criar uma estrutura de treinamento e reciclagem dos professores, de modo a mudar o foco que se tem hoje. E qual é este? A priorização da militância política em detrimento da formação para a maturidade intelectual, que enseja a ampliação dos horizontes dos professores. Praticamente todo o professorado hoje se tornou massa de manobra política de sindicalistas e militantes revolucionários, transformando-se no vetor de transmissão da doença revolucionária. O



compromisso dos professores deixou de ser a educação para ser o adestramento para uma insólita “transformação” social. São formadores de militantes.

Uma educação humanista de profundidade é o antídoto necessário para esse nefasto viés revolucionário que hoje o professorado carrega. O amadurecimento intelectual dos mestres ensejaria uma imediata melhoria da relação ensino/aprendizado. A porta de saída aberta com a mudança no regime jurídico de contratação dos professores produziria um verdadeiro milagre educacional.

O que podemos concluir é que as idéias políticas alucinadas, de viés socialista, só podem produzir soluções farsescas para a questão educacional. Elevar o salário dessa massa de funcionários públicos tornados professores significa meramente o reforço do status quo. Qualquer observador honesto da situação educacional brasileira sabe disso. A proposta é uma pura farsa porque ajuda a fechar a porta de saída daqueles que carecem da verdadeira vocação pedagógica. Como está hoje ser professor é um mero esperar de uma aposentadoria integral. O preço que se paga por isso é o sacrifício da educação da juventude, a quem se nega um ensino adequado, de qualidade.

(07.ago.2008)

Campanha Antidoutrinação Escolar

A liberdade de ensinar e de aprender são asseguradas pelo art. 206 da Constituição Federal. A pregação político-ideológica em sala de aula por parte de professores militantes constitui claro abuso da liberdade de ensinar, já que implica o cerceamento da correspondente liberdade de aprender sem ser doutrinado.

Peça à sua escola ou à escola de seu filho que mande imprimir cartazes contendo a relação de Deveres do Professor para que sejam afixados em locais onde possam ser vistos por alunos e professores.

Se a escola se recusar, você saberá do lado de quem ela está...

DEVERES DO PROFESSOR

1. O professor não abusará da inexperiência, da falta de conhecimento ou da imaturidade dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente político-ideológica, nem adotará livros didáticos que tenham esse objetivo.

2. O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, religiosas, ou da falta delas.

3. O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

4. Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

5. O professor não criará em sala de aula uma atmosfera de intimidação, ostensiva ou sutil, capaz de desencorajar a manifestação de pontos de vista discordantes dos seus, nem permitirá que tal atmosfera seja criada pela ação de alunos sectários ou de outros professores.